

O "RETORNO DO BRASIL À ÁFRICA": DO CAPITALISMO RACIAL PARA UMA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SOLIDÁRIA¹

Erica Paula Vasconcelos²

RESUMO

O presente artigo objetiva problematizar o capitalismo racial, no formato do escravismo Atlântico, operacionalizado pela Europa, abordando como produto reagente de restauração a atual política de desenvolvimento agropecuário contextualizada como cooperação solidária Sul-Sul (CSS-Sul) entre Brasil e Angola. O argumento central do artigo é que essa cooperação solidária promove reparação por meio de novas formas de sustentabilidade agropecuária e também segurança alimentar entre estes países. De modo a desenvolver o seu argumento, utiliza-se como metodologia qualitativa de cunho analítico-documental, estando organizado neste artigo em três seções. A primeira seção aborda o debate teórico sobre o capitalismo racial e sua relação com o escravismo atlântico sul. A segunda seção aborda a cooperação solidária Sul-Sul como uma política internacional de recuperação econômica, tanto agropecuária quanto uma ação de promoção da segurança alimentar entre Brasil e Angola. A terceira seção aponta uma análise perspectivista do futuro, abordando como os sete acordos assinados transmitem um viés de esperança e de reparação para ambos os países a partir dos sete acordos assinados pelo presidente, em que ele chama de 'revolução agrícola'. A análise presente neste artigo contribui com os debates de que a relação entre Brasil e Angola é uma ferramenta literária necessária para entender a política internacional contemporânea entre atores e comunidades.

Palavras-chave: Angola - relações econômicas exteriores; Brasil - relações econômicas exteriores; Cooperação Sul-Sul; segurança alimentar.

ABSTRACT

This article aims to problematize racial capitalism, in the form of Atlantic slavery, operationalized by Europe, addressing the current agricultural development policy contextualized as South-South Solidarity Cooperation (SSC-South) between Brazil and Angola as a restorative product. The central argument of the article is that this solidarity cooperation promotes reparation through new forms of agricultural sustainability and food security between these countries. To develop its argument, a qualitative analytical-documentary methodology is used, organized in this article into three sections. The first section addresses the theoretical debate on racial capitalism and its relationship with South Atlantic slavery. The second section addresses South-South Solidarity Cooperation as an international policy of economic recovery, both agricultural and as an action to promote food security between Brazil and Angola. The third section presents a perspectivist analysis of the future, addressing how the seven signed agreements convey a sense of hope and reparation for both countries, based on what the president calls an 'agricultural revolution.' The analysis presented in this article contributes to the debates that the relationship between Brazil and Angola is a necessary literary tool for understanding contemporary international politics between actors and communities.

Keywords: Angola - foreign economic relations; Brazil - foreign economic relations; South-South Cooperation; food security.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo.

² Doutoranda em Relações Internacionais no IRI/PUC-Rio, bolsista CNPq. Mestra e Especialista em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGRI-UNILA). Graduada em Relações Internacionais e Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (IHL-UNILAB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1261-2912>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1698626449272110>

1 INTRODUÇÃO

Na carta escrita pelo jesuita afirmando que “*sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros (1691 [1925])*”³, seguida da alegação de que este era o comércio central do sertão, alimentado pelos navios que saíam de Angola carregados de escravizados para serviços e manejo nas Capitanias da Bahia. Esta afirmação era parte do discurso do Padre Antônio Vieira ao chegar ao Brasil no estado da Bahia. De certa forma, afirmava a escravidão atlântica sul como fator fundamental para o desenvolvimento econômico europeu e sua continuação, como também apresenta elementos contextuais da presença de uma estrutura política internacional de cooperação colonial entre os países do Norte global com o Sul Global. Porém, nessa conjuntura, ainda colonial, os países dominadores (do Norte) utilizavam figuras religiosas, como se fossem a boca de Deus no lugar de superioridade divina, para legitimar o domínio e o controle do sistema capitalista racializado através da venda de humanos e exploração dos recursos naturais dos países explorados (do Sul). Esse discurso do reverendo também evidencia como a África e o Brasil mantiveram relações internacionais, em que, apesar da utilização da violência, exploração e deslocamento forçado como entes de manutenção, se recriou uma diáspora africana, tornando o Brasil em uma segunda África, por isso, o padre menciona que o ‘corpo (dos escravizados) estava ‘na América’ e suas almas na África’.

Essa relação formada nesse passado de violências viabilizou iniciativas como forma de restauração, podemos afirmar que uma delas, anunciada pelo atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) durante seu discurso no continente africano em 2023, afirmando que “nos últimos anos, o Brasil tratou os países africanos com indiferença, e que pretende corrigir esses erros (Silva, 2023, s/p)”. Referindo-se ao passado da economia escravista, que perdurou quase quatrocentos anos no Brasil, sendo necessárias políticas de reparação econômica entre os países, Lula então assina os sete acordos visando uma ‘revolução agrícola no país’, objetivando criar mecanismos de desenvolvimento da agricultura, sendo que isso representa ‘a volta do Brasil à África’, como destacou o atual presidente em seus discursos. Dessa forma, o presente artigo objetiva evidenciar, como produto reagente aos resquícios do passado escravista no sistema capitalista racializado, a cooperação solidária Sul-Sul entre Brasil e Angola, para promover novas formas de sustentabilidade ambiental e segurança alimentar entre estes países. Os objetivos específicos ancoram-se em a) evidenciar a operacionalização do capitalismo racial entre Angola e Brasil, no período colonial; b) analisar a atual cooperação

³ Trecho tirado das “**Cartas do Padre Antônio Vieira**”. Arquivo da Biblioteca de Escritores Portugueses coordenadas e anotadas por Lúcio D’ Azevedo, 1925.

internacional como uma ação de cooperação solidária Sul-Sul; c) analisar os setes acordos. Para tal, mobiliza-se os principais conceitos do capitalismo racial do autor Cedric Robson na obra “Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition (1983)”, a formação da cooperação solidária Sul-Sul em “A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva (2014)” por Bas'ilele Malomalo e os documentos dos setes acordos assinados da plataforma do Gov.br. Delineando como a raça foi a base da economia nas relações internacionais entre continentes no formato que chamamos de ‘trigonometria da raça’, vis-à-vis, a estrutura da cooperação solidária e os sete acordos para o desenvolvimento agropecuário.

De modo a desenvolver o seu argumento, utiliza-se como metodologia qualitativa de cunho analítico-documental e de conteúdo, estando organizado neste artigo em três seções. A primeira seção aborda o debate teórico sobre o capitalismo racial e a formação do internacional através da operacionalização da ‘trigonometria da raça’ com deslocamento forçado de corpos negros entre Brasil e Angola. A segunda seção evidencia a cooperação solidária Sul-Sul como política de recuperação na promoção de segurança alimentar entre Brasil e Angola na atual conjuntura política no desenvolvimento agropecuário. A terceira seção aborda, mediante análise perspectivista do futuro, como os sete acordos assinados transmitem um viés de esperança e de reparação para ambos os países. A análise presente neste artigo contribui com os debates de que a relação entre Brasil e Angola como necessário para entender a política internacional contemporânea entre atores e comunidades. No final deste artigo, disponibilizo um ensaio que surgiu a partir de uma experiência pessoal no Sul do Brasil, que transformei em um ensaio onde delineio os principais argumentos deste artigo que também se inscreve como uma tentativa de continuação analítica sobre a operacionalização do capitalismo racial e sua operacionalização contra a população negra e imigrante no Brasil.

2 TRIGONOMETRIA RACIAL⁴: A RELAÇÃO ENTRE ESCRAVIDÃO NEGRA, CAPITALISMO RACIAL E O ATLÂNTICO NA FORMAÇÃO INTEGRACIONAL ENTRE BRASIL E ÁFRICA

A ‘trigonometria’, no campo das ciências exatas, é um termo originário do grego (trígónon) usado para mostrar como podemos calcular as medidas do triângulo. Esse método foi criado em 1595 pelo matemático Bartholomeus Pitiscus para estudiosos das relações entre as medidas dos lados e as medidas dos ângulos de um triângulo (Garcia, 2022). Por outro lado, alguns estudiosos apontam que seu surgimento vem de um tempo ainda mais antigo, que foi registrado no “papiro Rhind, escrito no Egito por volta de 1650 a.C., apresenta um texto matemático com 85 problemas, sendo o de número 56 um dos mais antigos registros conhecidos sobre Trigonometria (Garcia, 2022, p. 30)”.

Esses registros da fórmula trigonométrica em papiro mostravam o passo a passo para a construção de pirâmides, respeitando o limite de inclinação das faces, mantendo o alimento entre as medidas dos lados dos triângulos retângulos e sua estrutura de sobreposição de blocos de pedra (Garcia, 2022). A ideia central da trigonometria é composta pela medida α do ângulo formado pelas hastes. Precisamos determinar uma distância ‘x’ entre as pontas das hastes e só conseguiremos calcular a medida ‘ α ’ e a distância ‘x’ através da aplicação trigonométrica, porque, ela estabelece a relação entre as medidas dos ângulos internos e as medidas dos lados de um triângulo (Garcia, 2022).

Nesta linha de raciocínio, cunhamos, o que estamos chamando de “trigonometria racial” que também corresponde a uma fórmula, porém, ao invés de números e expressões algébricas, essa é formada pela operacionalização relacional entre escravidão negra, capitalismo racial e o Atlântico tendo como resultado a formação integracional entre o Brasil com a África. Entendendo que a relação entre estes elementos, que são inseparáveis, resolve as problemáticas e lacunas epistemológicas na própria formação da política internacional, suas estruturas e agências na contemporaneidade.

A trigonometria racial se iniciou durante o comércio internacional de humanos (negros africanos), do ouro, açúcar e do tabaco, com altos fluxos de importações e exportações em um formato triangular entre Europa, África e as Américas que envolvia também relações econômicas com a Inglaterra com aparatos militares e a França fornecia os navios e

⁴ Esta categoria, de cunho autoral, resgata os saberes egípcios sobre a construção das pirâmides, onde reformulamos para mostra na historiografia internacional o resultado da relação entre três fenômenos voltados às questões racial tendo como resultado a formação de relação e integração entre África e Brasil.

manufaturas (Robinson, 2000). Foi através desse comércio com quatro pontas que formava uma rota no formato de triângulo que movimentava um determinado capital através dos produtos como açúcar, algodão, tabaco, melão, anil, para os países da Inglaterra, Portugal, Alemanha, França, Reino Unido, que dependia exclusivamente da escravidão negra, capturando escravizados com grande concentração no Golfo do Benin e Angola (Vasconcelos, 2024).

Nesse sentido, a escravidão negra foi legalizada por ideologias supremacistas brancas, sendo base fundamental para a formação das políticas domésticas e internacionais dos estados ocidentais e racionalizou suas políticas de dominação. Sendo expandida através das conquistas imperiais, colonizações e das práticas dos genocídios, onde nessas concepções, os brancos eram considerados favorecidos por Deus e biologicamente distintos dos não-brancos (Anievas, Manchada, Shilliam, 2015; Vasconcelos, 2024). Ou seja, a escravidão negra se tornou um projeto político internacional que fundamentou o racismo, dos brancos contra negros africanos e indígenas, e a racionalização reforçada pela teologia, biologia e posteriormente na antropologia.

Ou seja, é importante destacar essas interfaces da escravidão negra, porque, além de mostrar a expansão do imperialismo e a dominação dos colonizadores, formou estruturas comerciais que movimentaram um grande fluxo de capital em toda a Europa, mostrando uma relação inseparável do capitalismo racial. Um grande exemplo dessa relação são os chamados zoológicos humanos. Estas exposições, chamadas de ‘espétáculos’, eram consideradas como ‘O maior espetáculo da Terra!’ na obra da autora Sandra Koutsoukos (2020), intitulada *“Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo”*, apesar de a autora centralizar no contexto do racismo científico contra negros escravizados.

Temos um cenário evidente do capital fornecido através da objetificação, tortura e exploração dos escravizados negros enjaulados e também dos europeus que eram empregados para prestação de serviços do público plateia. Ou seja, a geração de empregos, prestação dos serviços e enriquecimento dos empresários donos destes circos itinerantes anunciados como ‘raças recém-descobertas pelos cientistas’ e “elo perdido” entre os negros africanos e os símios, sendo as pessoas eram emplacadas como aberrações, eram acorrentadas, pescoço, braços e pernas, não eram alimentadas, faziam parte de um tipo de show business, em 1840, em Nova York. (Koutsoukos, 2020).

Estes zoológicos humanos intensificaram a invenção da fotografia com a crescente viabilidade financeira, além da impressão em papel (na década de 1850), e das publicações de cartões de visita, cartazes e souvenirs para os visitantes (Koutsoukos, 2020). Dessa forma, Alexander Bader em *“Global Race War: international politics and racial hierarchy”*, afirma

que a incompreensibilidade entre o Europeu e o Outro foi fundamental para criar a escravidão enquanto instituição, em que reforçava a hierarquia racial, em que o servo africano não pertencia ao grupo dos cristãos civilizados (Barder, 2021). Além disso, “a ascensão do ‘sistema mundial’ foi baseada na formação de ‘capitalismo racial’, que emergiu de um continente europeu já racialmente estriado” (Barder, 2021, p. 117; Vasconcelos, 2024).

Nesse sentido, a trigonometria da raça é formada pelas linhas baricêntricas, que marcam o ponto de ligação do triângulo formado pela relação entre a escravidão negra, o capitalismo racial e também o Atlântico. Formando assim a relação entre África e o Brasil, que se iniciou no nordeste brasileiro, pelos caminhos das águas do oceano Atlântico, através da movimentação econômica colonial de exportação e importação dos produtos agrícolas e a comercialização de africanos escravizados e a circulação do capitalismo racial. Inicialmente na cidade de Pernambuco, sendo uma das primeiras capitanias hereditárias do Brasil que movimentava grandes insumos econômicos através da produção do açúcar. Mais tarde, esse fluxo econômico se concentra na Bahia, na cidade de Salvador, que teve a maior população africana vinda do Congo, de Angola (Alencastro, 2000).

Neste caso, o oceano Atlântico foi fundamental para uma economia internacional fluvial que mostra a ligação entre capitalismo racial, sua implementação nos outros continentes, aumentando a mão de obra cativa nas colônias, a acumulação, produção de indústrias e as exportações de tecnologias bélicas e manufaturas. Por isso, podemos afirmar que ele torna-se um espaço geopolítico e econômico marcado também como um espaço de disputa e de conflitos entre os países europeus para defesa das mercadorias, desenvolvendo elementos legislativos para demarcação de fronteiras marítimas (França, Hue, 2014; Vasconcelos, 2024).

Nesse caso, o Atlântico passa a ser mais do que o oceano de rotas para a escravidão negra e a expansão do capitalismo racial, ele tornou o Brasil em um grande centro político e econômico que dependia exclusivamente da África, sendo ambos centros de sustentação alimentícia para a Europa. Em *“Introduction: The Old History of Capitalism”*, é mencionado o contexto político e social que surge dessas dinâmicas envolvendo: acumulação/desapropriação, crédito/dívida, produção/excedente, capitalista/trabalhador, desenvolvido/subdesenvolvido, contrato/coerção e outros, em que estes acontecem por meio da raça (Jenkins & Leroy, 2020, p. 7, tradução livre).

O ponto crucial de amostragem da trigonometria racial, no sentido da formação da política internacional entre Brasil e África, mais especificamente entre Bahia e Angola, foram as indústrias artesanais para o cultivo e produção do açúcar (Vasconcelos, 2024). Ou seja, foi a partir dessa produção e venda do açúcar do Nordeste brasileiro consumido pelos britânicos,

franceses e holandeses, que seguiam nas rotas em direção às regiões mais acima da Linha do Equador, entre Gana e Senegal, e levaria às ilhas do Caribe (Gomes, 2019), além da venda entre Portugal e Espanha, denominado como formato de escravidão intra-americana. O que desenvolveu também o maior protagonismo dos EUA com a escravidão negra intra-caribenha, em que a mercadoria de mais valia eram os humanos (negros de Angola para Brasil, do Brasil para EUA mediante vias terrestres) para serem colocados em laboratórios que eram estas fazendas de reprodução (França & Hue, 2014; K-Sue, 2021; Vasconcelos, 2024; Vasconcelos & Mendes, 2024).

Esse cultivo e produção do açúcar no Nordeste brasileiro foi bem sucedido principalmente pelo massapê, o tipo de solo de terra viscosa, oleosa, de cor avermelhada, fértil, úmida e quente, que tornou a cana de açúcar o primeiro produto agrícola de maior exportação, tornando o açúcar em “o ouro branco” que representou uma das melhores e mais caras iguarias da Europa, sendo muito cobiçada pelos reis, que investiram nessa empreitada para aumentar os seus impérios (Quintas, 2007). Esse comércio açucareiro potencializou os transportes marítimos, também nos rios, a vida da bagaceira (guias que facilitavam a localização dos engenhos para os colonos), a implantação das estradas de ferro na região e a estratégia “bangüê” (expressão para demonstrar a proximidade com a mata e o distanciamento dos índios) (Quintas, 2007).

Parafraseando Charles Boxer (1969) podemos concordar que “os homens brancos trouxeram-nos cana-de-açúcar, tabaco, enxadas. Desde então e até os nossos dias, os brancos nada nos trouxeram senão guerras e miséria” (Boxer, 1969, p. 110, grifo nosso). Consequentemente, podemos entender que a trigonometria racial mostra a triangulação relacional entre escravidão negra, capitalismo racial e o Atlântico, que resultou na política internacional integracional entre Brasil e África nos moldes da violência, genocídio e expropriação promovidos pela Europa. Na próxima seção, colocaremos em debate central a ‘cooperação solidária’, como ela foi colocada no discurso presidencial a partir da viabilização da restauração e desenvolvimento Sul-Sul, e também um meio de reverter as precariedades econômicas deixadas pela herança colonial.

3 O PARADIGMA DO RETORNO: A COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA ENTRE BRASIL E ÁFRICA (2013) PARA PAGAR A DÍVIDA HISTÓRICA DOS 500 ANOS

Inicialmente, é interessante diferenciar do que se conhece por ‘rede de cooperação solidária’, ‘cooperação internacional’ do que estamos chamando de ‘cooperação solidária

internacional’. A primeira é descrita no livro “*Redes de cooperação solidária - uma história para contar e recontar*” pela Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil) em parceria com o Governo Federal, como um mecanismo que realiza movimentações em prol de gerar renda para condições mínimas de sobrevivência das populações em situações de precariedades, já que:

O Brasil conta ainda com 6,6 milhões de pessoas na categoria de subocupados por insuficiência de horas (6,8% do total de ocupados), não são desempregados, mas precisam de mais horas de trabalho ou de um outro emprego porque o atual não dá conta das necessidades do orçamento familiar. Dentre esses, os que trabalham fazendo bico, além do volume expressivo de pessoas desempregadas, temos 4,3 milhões (Unisol Brasil, 2023, p. 21, grifo nosso)

Ou seja, as redes de cooperação solidária são pensadas para mudar o cenário brasileiro que, em sua precariedade, possui uma grande parte contabilizada em 6,6 milhões da população em condição de exploração, já que trabalham por muitas horas e mesmo assim não conseguem condição estável de vida para sustentação e manutenção de bem estar. A outra parte corresponde a 4,3 milhões em condição de desemprego.

Porém, o primeiro elemento apontado pela Unisol Brasil como causador desse cenário continua sendo o capitalismo, que divide a sociedade em duas classes: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que não dispõe do capital e, por isso, ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho (Unisol Brasil, 2023). Que neste caso, como foi problematizado na primeira seção, entre estas margens a população negra brasileira se encontra sendo mais afetada por estas estatísticas pelos 500 anos de colonização e todas as formas de violências e explorações.

Dessa forma, as redes de cooperação solidária promovem uma economia que organiza uma forma de trabalho que “busca olhar para a diversidade de situações vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras, que vivem no campo, na cidade, nas comunidades tradicionais e indígenas, em assentamento da reforma agrária, formais e informais, entre outros” (Unisol Brasil, 2023, p. 23). Sendo então “a economia solidária um modo de produção coletiva ou com direito à liberdade individual, com o resultado natural é a solidariedade e a igualdade” (Singer, 2002, p. 10, Apud, Unisol Brasil, 2023, p. 23).

Por outro lado, a cooperação internacional é definida pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), na plataforma do Gov.br,⁵ como uma técnica instrumental que possibilita ao Brasil a cooperação técnica internacional. É um instrumento que possibilita ao

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional>

Brasil “a trocar experiências, acessar conhecimentos especializados e fortalecer políticas públicas por meio de parcerias com organismos internacionais no compartilhamento de experiências e transferência de tecnologia” (MDHC, 2025, s/p). Para além disso, entre 2020 e os anos recentes, o MDHC implementou mais de quinze projetos de cooperação internacional. Entendendo que a participação multilateral com os Estados e a continuação dos acordos bilaterais com relações econômicas, socioculturais e ambientais com os países.

Um dos exemplos desses projetos de cooperação internacional são: o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (1968) e o Mercosul (1991) (MDHC, 2025). Segundo o MDHC, 2025, a cooperação internacional, na Administração Pública Federal, possui suas diretrizes através do “Decreto nº 5.151/2004, regido pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores” e tem por objetivo explícito “o aprimoramento das políticas públicas de direitos humanos, impulsionando inovação, promovendo capacitação e fortalecendo iniciativas que ampliam a promoção e a defesa desses direitos (MDHC, 2025, s/p).

Na conjuntura da composição da cooperação internacional, algumas formas de estratégias são colocadas como ferramenta de restauração histórica, pois também é entendido que os 500 anos de escravidão e colonização no Brasil tornam a população do país, principalmente a população negra, em condições de precariedades e uma grande escala de desigualdades sociais. Sendo estes cinco pontos de cooperação internacional com parceiros globais para enfrentar desafios históricos, como:

Promoção e defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes; Direitos das pessoas idosas; pessoas com deficiência e das pessoas LGBTQIA+; Políticas de memória, verdade e reparação; Proteção a pessoas ameaçadas; Inclusão social e cidadania. Dessa forma, fortalecemos o compromisso do Brasil com os direitos humanos no cenário internacional e ampliamos a efetividade das políticas públicas no país (MDHC, 2025, s/p).

Estes pontos, colocados como ferramenta para enfrentamento histórico, apesar de não direcionar qual momento ou em que temporalidade da história está se referindo, mostram singularmente a discrepância das riquezas no Brasil, o aumento de violência contra crianças e adolescentes, o apagamento histórico da população negra e afrodescendente e os grupos da população que ainda se encontram em trabalhos análogos à escravidão e que são populações racialização por terem em seu fenótipo biológico a descendência de negros que chegaram no Brasil na condição de escravo. Por isso, para a cooperação internacional, apoiam-se organizações parceiras, como, por exemplo: o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Brasil) (MDHC, 2025, s/p).

Partindo destes pressupostos, o que estamos chamando de cooperação solidária internacional equipara-se ao sentido de cooperação solidária contextualizada no artigo “*A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva*” de Bas’Ilele Malomalo, ele inicia explicando que o termo ‘cooperação solidária’, que etimologicamente trabalhado de forma separada, em que solidariedade na concepção do direito romano era usada para fundamentar as formas de obrigações da comunidade e sua responsabilização pelas dívidas de um dos seus membros (Malomalo, 2014).

O autor também destaca que essa concepção da solidariedade também influenciou, no século XVIII, “a Revolução Francesa, bem como nos séculos XIX e XX com a emergência dos movimentos operários, pensadores socialistas, sociais-democratas, defensores de um Estado de Direito” (Arango, 2013, Apud, Malomalo, 2014, p. 4). Ou seja, nesse entendimento, a solidariedade era como uma responsabilização pelo outro em relação à sua resolução de dívida econômica, mas também um acordo tácito de um com o outro de manutenção para o bem-estar do grupo social.

Por outro lado, a junção da palavra cooperação com solidariedade, é explicada pelo autor como um sumo resultante do fundamento constitucional registrado em 1988, onde mostra-se que o primeiro documento referente ao instrumento da política externa pode ser entendido como um primeiro fundamento de integração entre América do Sul e a África. Sendo fundada no princípio de solidariedade para uma cooperação Sul-Sul depois da reformulação da diplomacia brasileira de 1995, realizada durante os mandatos do presidente Lula (2003-2010) (Malomalo, 2014).

Segundo o autor, a cooperação solidária é uma forma de pagar a dívida histórica do Brasil para com a África (Malomalo, 2014), vis-a-vis, a esta afirmação, temos o discurso do presidente Lula que posicionou o Brasil como ator ativo da colonização no continente africano e responsável por pendurar isso durante os 500 anos, que apesar dos presidentes anteriores não enxergarem essa dívida por estarem focados na Europa, isso seria revertido. Além disso, o presidente destacou que “existiam quase 700 milhões de seres humanos, parte deles que ajudaram a construir a nossa cor, a nossa cultura e a nossa gente. E, portanto, o Brasil precisa pagar em solidariedade” (LULA. Discurso, 26/01/2010, Apud, Malomalo, 2014, p. 7).

Novamente, o sentido de uma ferramenta para a restauração histórica aparece, de forma mais apelativa, no discurso do presidente, que enfatiza a necessidade da relação entre Brasil e

África, pautando como forma central a cooperação solidária na tentativa de reverter as mazelas do passado escravista. Para além disso, como destaca o autor, a afirmação sobre ‘dívida histórica’ do Brasil para com a África permanece em outros discursos do presidente e funda iniciativas como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Malomalo, 2014, p. 7). Nesses discursos, a escravidão é considerada um acontecimento que jamais deve ser esquecido, e por isso, ajuda financeira para o continente não é o suficiente, e sim uma reparação em forma de reconhecimento, respeito e acolhimento para resgate cultural e restituição histórica.

Podemos mencionar como exemplo de projeto para restauração histórica para com a África, mencionado por Malomalo (2014), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), idealizada pelo presidente Lula, instituída como Universidade Pública Federal pela Lei n.º 12.289, em 20 de julho de 2010. Tendo como objetivos principais: “viabilizar a cooperação solidária entre o Brasil e os países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o crescimento econômico do continente africano frente aos interesses do seu governo e do seu país (Malomalo, 2014, p. 3)”.

Além da UNILAB, podemos trazer como outro exemplo de projeto para restauração histórica, apesar de não ser voltado à África, mas sim à América Latina, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada com o mesmo objetivo, porém, direcionada aos países latinos. Dessa forma, o que chamamos de cooperação solidária internacional é representado como uma prática política entre Sul-Sul, que formula e executa projetos para restauração histórica do passado colonial escravista e que também tenta minimizar as mazelas sociais, desigualdades, violências e misérias contra a população negra e afrodescendentes. Na seção seguinte, analisaremos os sete acordos assinados que, apesar de corresponderem a um projeto de cooperação solidária internacional, fundam-se diretamente ao provimento de subsídio alimentar entre Brasil e Angola.

4 O PARADIGMA DOS SETE ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ANGOLA ASSINADOS EM 2025

*“Brasil e Angola assinam sete acordos de cooperação durante visita de Lula a Luanda”*⁶, esse foi o título da notícia publicada na página do Gov.br na página de notícias das relações

⁶ Disponível em: [Brasil e Angola assinam sete acordos de cooperação durante visita de Lula a Luanda — Planalto](#). Acesso em 23 ago. 2023.

exteriores após o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva firmar parceria com o presidente da Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço. Através da cooperação para ampliação nas áreas da educação, saúde, turismo, agricultura, recursos humanos, exportações e o apoio a pequenas e médias empresas. Estes foram elementos base dos sete acordos assinados pelo presidente Lula e o presidente Lourenço para ambas as regiões, entre estes a política de desenvolvimento para a agropecuária. Durante a reunião, o presidente assinou os acordos: (1) exercício de atividades remuneradas; (2) memorando turístico; (3) projeto cooperação saúde; (4) memorando de cooperação agrícola; (5) projeto Escola de Todos; (6) memorando de apoio a micro pequenas empresas e o (7) facilitação para exportação entre a APEX e a Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX) de Angola (Brasil, 2023).

Cada um desses acordos representa mais do que formas de melhorias e qualidade de vida da população e a reestruturação econômica, já que ambas as regiões foram afetadas pela colonização e tiveram suas populações, fauna e flora exploradas e destruídas pelos colonos. Por isso, em seu discurso, o presidente Lula ponderou que o encontro entre ele e o presidente de Angola estava simbolizando o início do retorno do Brasil à África. Isso seria uma forma de reconhecimento de reintegração ao continente mãe do Brasil, sendo que em mandatos presidenciais anteriores⁷ o continente tinha sido isolado e essa aproximação quase inexistente. Como mencionado na frase, “é um momento especial, que simboliza o retorno do Brasil à África. Nos últimos anos, o Brasil tratou os países africanos com indiferença” (Brasil, 2023, p. 3).

Na mesma ocasião, o presidente aproveitou para sinalizar sobre o retrocesso que a política internacional brasileira tinha passado, provocado pelo mandato presidencial anterior, resultando no enfraquecimento da política de cooperação entre Brasil e África, fechamento de embaixadas brasileiras e abandono de participações em fóruns internacionais mesmo sendo um cenário de redemocratização. Enfatizando através da fala que “vamos corrigir esses erros. E vamos alçar nossa parceria estratégica a um novo patamar” (Brasil, 2023, p.3), ressaltando que o Brasil irá apoiar Angola no esforço de diversificar sua economia, sendo necessária a cooperação entre ambos.

Somando-se a isso, no discurso, o presidente focou que o apoio seria para a amplitude e diversidade do comércio, já que o intercâmbio bilateral tinha baixado drasticamente em 2015 e que no primeiro semestre de 2023 tinha crescido 65%, mostrando as discrepâncias também com o ano de 2022. Por isso, ele mencionou que:

⁷ Nossa observação: especialmente dos governos Temer e Bolsonaro.

No passado, apoiamos Angola em setores estratégicos, como infraestrutura e energia. O Brasil esteve presente no país mesmo durante a guerra civil. O presidente João Lourenço me disse que agora a prioridade é fazer uma revolução agrícola no país, para garantir o crescimento econômico e a segurança alimentar da população angolana. O Brasil é o parceiro ideal – enfrentamos desafios semelhantes e hoje temos conhecimentos, tecnologias e políticas públicas para compartilhar (Brasil, 2023, p. 4).

Ou seja, dividindo em partes a fala do presidente Lula. Temos, em primeiro lugar, a antiga relação entre Angola e Brasil para o desenvolvimento dos setores de infraestrutura energética. Segundo notícias, em 2014, durante o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, o Brasil repassou para Angola US\$ 2 bilhões, em forma de crédito, para investir na reconstrução da energia. Isso foi uma forma de beneficiar também as empresas brasileiras envolvidas nos setores de energia e construção civil em Angola, sendo o país com o segundo maior produtor de petróleo da África (Reuters, 2014).

Na ocasião, esse acordo foi firmado entre o ex-presidente angolano José Eduardo dos Santos e Dilma Rousseff, sendo descrito como estratégia de cooperação entre os dois países, na ocasião os Estados Unidos da América (EUA) aproveitaram a ajuda de custo para lucrar através do Export-Import Bank, financiando a compra de 1 bilhão de dólares em equipamentos para ferrovia e energia da General Electric (Reuters, 2014).

O segundo ponto e o terceiro estão relacionados historicamente ao passado. O contexto histórico sobre o apoio do Brasil a Angola durante a guerra civil, aconteceu no período em que a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) apoiada pelos Estados Unidos, Congo Brazzaville e China, perdeu a força e a guerra ficou circundada entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional de Libertação Total de Angola (UNITA) (Santos, 2013). A MPLA era apoiada pela URSS e Cuba, por outro lado, a UNITA era apoiada pelos EUA, África do Sul, China e uma parte de Portugal que era contra a independência de Angola. O Brasil contribuiu em vários aspectos, entre eles a venda de material bélico ao MPLA, os convênios educacionais para Angola e o acolhimento dos angolanos fugitivos (Santos, 2013).

No terceiro e último ponto, no trecho destacado, o presidente Lula menciona que irá garantir o crescimento econômico e a segurança alimentar da população angolana através da revolução agrícola no país, e para que isso dê certo, ele afirma que o Brasil ajudará em termos de conhecimento, tecnologia e políticas públicas. Estes elementos estão intrinsecamente ligados, já que um depende do outro na geração de capital. Podemos presumir que Lula estava fazendo referência, de forma invertida, à antiga Revolução Agrícola que aconteceu no século XVIII durante a Revolução Industrial, que resultou, nos períodos subsequentes, na expansão do capitalismo no Brasil através da produção mercantil (Gontijo, 1988). Em consequência a este

processo, o desencadeamento de outros como a “expansão das forças produtivas, a divisão técnica, a mecanização do trabalho, a separação da indústria da agricultura e a expansão da grande indústria urbana e a desagregação da pequena produção camponesa” (Gontijo, 1988, p. 254).

Essa revolução teve sua segunda fase, que no Brasil iniciou a abolição do trabalho escravo, formando-se a nova relação entre produção, diversidade e o sistema de trabalho assalariado. Por exemplo, em São Paulo teve destaque a lavoura cafeeira que já aplicava esse sistema assalariado e tinha o modelo denominado de ‘colonato’, que era o regime de aliança entre economia camponesa e o trabalho assalariado (Gontijo, 1988). Porém, no Nordeste, ainda prevalecia o sistema do ‘cambão’ (Gontijo, 1988) que representava a economia de troca de serviços, ou seja, não existia salário pelo serviço e sim mão de obra por serviços. Isso causou mais desigualdades, serviços análogos à escravidão e a escravidão moderna mesmo com o processo de urbanização das cidades.

De fato, Lula tratava de um formato de revolução agrícola em que o povo conseguisse plantar, cuidar, colher e viver dessa colheita, lucrando com os esforços do seu trabalho. Seria uma nova forma de ir contra a exploração da mão de obra e também uma forma de reversão do sistema capitalista. Isso não seria algo tão fácil, por isso ele afirma ser necessário um plano de ação conjunta entre os ministérios de agricultura, sendo o desenvolvimento do programa no Vale do Cunene, que segue um novo paradigma e firma a cooperação com a África. Já que esse programa parte não de uma iniciativa isolada, ele reúne 25 ações que se complementam, todas

Após firmar com o governo angolano a política de cooperação, o presidente Lula assinou os sete atos dessa cooperação, entre estes destacamos:

- acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola sobre o exercício de atividades profissionais remuneradas pelos dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico das missões diplomáticas e postos consulares; memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Angola para a cooperação no domínio do turismo sustentável; memorando de entendimento de cooperação entre o ministério da agricultura e pecuária da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura e Florestas da República de Angola (Brasil, 2023, p. 1)

Sendo estes atos guiados pelas bases, anteriormente mencionadas, com o objetivo de reintegração, sustentabilidade, desenvolvimento e o turismo a favor do povo angolano em parceria com o povo brasileiro. Por isso, faz parte dessa cooperação o desenvolvimento educacional entre as regiões e não só apenas um desenvolvimento econômico voltado apenas para os empresários, mas a ideia é de melhoria na redistribuição de renda e alimentação da

população. Somado a isso, os atos voltados à relação econômica entre agências de exportação brasileiras e o setor privado de exportação de Angola para baixa taxa de exportação e possibilidade de aumento desses setores.

As conexões entre os institutos nacionais de apoio às micro e pequenas empresas e as de serviços brasileiros seriam uma forma de aumentar a autonomia dos micro e pequenos empresários em suas próprias terras, gerando renda para as pequenas comunidades. E, por último, o projeto de escola para todos e as ações de enfrentamento contra a hanseníase, sendo um divisor de águas entre trabalho e economia, pois a educação seria a forma de promover conhecimento e direcionar a população em outros setores sociais e não só a permanência da população em setores rurais e com qualidade de saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos aspectos abordados, a trigonometria racial mostra a triangulação relacional entre escravidão negra, capitalismo racial e o Atlântico, que resultou na política internacional integracional entre Brasil e África, nos moldes da violência, genocídio e expropriação promovidos pela Europa. Por isso, ela é formada pelas linhas baricêntricas, que marcam o ponto de ligação do triângulo formado pela relação entre a escravidão negra, o capitalismo racial e também o Atlântico, através da movimentação econômica colonial de exportação e importação dos produtos agrícolas e a comercialização de africanos escravizados e a circulação do capitalismo racial. Inicialmente na cidade de Pernambuco, sendo uma das primeiras capitâneas hereditárias do Brasil que movimentava grandes insumos econômicos através da produção do açúcar. Sendo a escravidão negra base fundamental para a formação das políticas domésticas e internacionais, se tornou um projeto político internacional, o capitalismo racial, que emergiu de um continente europeu já racialmente e nos outros continentes, aumentando a demanda de negros escravizados para exploração da mão de obra nas colônias, a acumulação, produção de indústrias e as exportações de tecnologias bélicas e manufaturas. Por isso, o oceano Atlântico foi fundamental para o desenvolvimento da economia internacional fluvial, que tornou-se um espaço geopolítico e econômico marcado também como um espaço de disputa e de conflitos entre os países europeus para defesa das mercadorias, desenvolvendo elementos legislativos para demarcação de fronteiras marítimas.

Dessa forma, “retorno do Brasil à África”, dito pelo atual presidente Lula, se caracteriza como rompimento desse passado de violências, buscando fomentar iniciativas como forma de

restauração e reconhecimento das contribuições históricas, culturais, sociais e econômicas do continente africano. Referindo-se ao passado da economia escravista, pautando sobre a necessidade de políticas de reparação econômica em específico entre Brasil e Angola. O presidente Lula então assina os sete acordos visando uma ‘revolução agrícola no país’, objetivando criar mecanismos de desenvolvimento da agricultura, sendo que isso representa a volta do Brasil à África, desta vez para restituição alimentícia como um ato de solidariedade. Diante disso, essa restauração histórica se caracteriza como cooperação solidária internacional para sanar a dívida histórica do Brasil para com a África através da assinatura dos setes acordos para o crescimento econômico e a segurança alimentar, além de atividades remunerada, memorando turístico, projeto de escolas para todos e a facilitação de exportação de produtos agrícolas para a população angolana através do que o presidente chamou de ‘revolução agrícola’ no país, com o apoio do Brasil ajudará em termos de conhecimento, tecnologia e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. ‘*Confronting the global colour line: an introduction*’. In: ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. (Org). **Race and racism in international relations: confronting the global colour line**. Nova York: Routledge, Third Avenue, 2015.

BARDER, Alexander D. **Global Race War: international politics and racial hierarchy**. New York, BOSENBERG: Oxford University Press, 2021.

BUTLER, Judith, WORMS, Frédéric. **O vivível e o invivível**. Editora Unesp: São Paulo, 2025.

BRASIL. Presidente (2023-2027: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do presidente Lula por ocasião do conselho de ministros, em Luanda (Angola)**. Angola, 25 ago. 2023. 3 f. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-por-ocasio-do-conselho-de-ministros-em-luanda-angola>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. **Atos assinados por ocasião da visita de Estado do senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Angola**. 2023. 3 f. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-senhor-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-a-angola. Acesso em: 3 fev. 2025.

DEGLER, Carl N. **Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States.** Nova York, Macmillan Publishing, 1971.

DU BOIS, Web. **Worlds of Color.** Negócios Estrangeiros, 1925, vº 3, 44-423.

ELTIS, David, e RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade.** New Haven & Londres: Yale University Press, 2010. 307 p.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho, HUE, Sheila. **Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral.** São Paulo: Editora Globo, 2014

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Ensaaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. 2021

GARCIA, Vanessa Soares Sandrini. **Trigonometria.** Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Tubarão: Licenciatura em Matemática Módulo: IV. 2022

GOMES, Flávio dos Santos. (2019). *'Planícies Goitacazes, séculos XVIII e XIX: da escravidão africana atlântica ao campesinato no imediato pós-abolição'.* In: SYMANSKI, Luís Cláudio, GOMES, Flávio dos Santos. (Org). **Arqueologias da escravidão e liberdade: senzalas, cultura material e pós-emancipação na Fazenda do Colégio, Campos dos Goytacazes, séculos XVIII a XX.** Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

GUIMÓN, Pablo. **Black Lives Matter, o rumo incerto do grande movimento antirracista.** El País, Internacional: Washington, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-07/black-lives-matter-o-rumo-incerto-do-grande-movimento-antirracista.html> . Acesso em: 2 dez. 2025.

JENKINS, Destin; LEROY, Justin (Eds.). **Histories of Racial Capitalism.** New York: Columbia University Press, 27-53. 2021

K-SUE, Park. **Race, Innovation, and Financial Growth: The Example of Foreclosure.** In: Jenkins, Destin; Leroy, Justin (Eds.), *Histories of Racial Capitalism.* New York: Columbia University Press, 27-53. 2021

MALOMALO, Bas' Ilele. *"A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva"*. In: FREITAS, Raquel Coelho de; MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito (Orgs.). **Democracia, equidade e cidadania.** Curitiba: CRV, 2014. p. 70-91.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Cooperação Internacional.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional> . Acesso em 28 nov 2025

REUTERS. **O Brasil oferece a Angola US\$2 bilhões em crédito para energia e construção.** 2014. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/brasil-oferece-a->

[angola-us-2-bilhoes-em-credito-para-energia-e-construcao/](#) . Acesso em: 3 fev 2025
 SANTOS, José Francisco dos. **Brasil e Angola: a presença do Brasil no processo de libertação e construção de uma Angola livre**. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH: Natal-RN, 2013.

SAUVIAT, Catherine. **Occupy Wall Street, um movimento social inédito nos Estados Unidos**. Cadernos do Desenvolvimento, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 145–159, 2018.

UNISOL Brasil. **Redes de cooperação solidária** - uma história para contar e recontar. São Paulo, SP, 2023. 146 folhas

KOUTSOUKOS, Sandra S. M. **Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo**. Campinas: Unicamp, 2020.

ROBINSON, Cedric. **Black Marxism. The Making of The Black Radical**. Tradition: Londres, Zed Books, 1983; reimpresso por The University of North Carolina Press, 2000.

VASCONCELOS, Erica Paula. **Dos navios negreiros ao desembarque em Salvador-BA: o papel da cidade na formação do sistema internacional moderno**. 2024. (140f). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

APÊNDICE

Quem é brasileiro no Brasil? Entre o ‘Não Lugar’ e o ‘Lugar da Precariedade’ do ismo racial

“**Vocês sofrem aqui no Brasil porque tiraram vocês da África e não levaram de volta**”, esta frase foi dita por uma brasileira sulista quando eu a explicava sobre as desigualdades e o racismo estrutural que ainda permanece no Brasil até os dias atuais. A frase dita em um tom elevado, acompanhada de uma expressão de raiva e rancor com seus olhos centralizados nos meus, me fez refletir sobre minha nacionalidade brasileira. Me senti como uma imigrante, ou refugiada em situação de perseguição por violação dos direitos humanos, buscando asilo no Sul. Já que não posso voltar para a África e no Brasil, os negros são colocados em um lugar de não brasileiro, mas de inimigo e alvo da necropolítica e dos vários ismos (racismo, machismo, farcismo, nacionalismo, conservadorismo, clientelismo), além da xenofobia.

Este apêndice é parte do artigo que submeti para a disciplina “Refúgio, Migração e Mobilidade Global em perspectiva interdisciplinar”, ministrada pelos professores da Cátedra Sergio Vieira de Mello/PUC-Rio. Também é um mini-manual de letramento racial para os sulistas brasileiros, mostrando a necessidade da continuação da criação das políticas públicas para a população negra nacionalmente e por mais formas de cooperação solidária internacionalmente. Direciono

também como uma carta aberta para a comunidade acadêmica, de forma que continuem nos esforços de produzir conteúdos sobre a África e sua relação com o Brasil. Este apêndice é um arquivo de registro de uma experiência pessoal minha sobre um longo diálogo com uma sulista brasileira na ocasião em que eu participava em um evento científico no Sul do Brasil.

No artigo, problematizei o ‘Não Lugar’, este representando o espaço social da precariedade em que a população afrodiaspórica e dos imigrantes são colocados. Por outro lado, este também representa um marcador social através da diferença pautada no fenótipo como herança da colonização, como foi realizado para a construção teórica lombrosiana, a estética dos zoológicos humanos e o movimento eugenista no Brasil. Sendo que, na atualidade, esse ‘Não Lugar’ é colocado como o lugar do diferente, sendo também marcador da diferença contra a população afro-diaspórica e que respinga nos imigrantes, os colocando em um lugar de precariedade, é nesse sentido que aponto o ‘ismo racial’ como parte da trigonometria racial, o ismo é o prefixo do capitalismo que dá continuidade às estruturas precárias contra estes grupos, em que Butler chama o lugar ‘invivível’.

No artigo, busco responder à pergunta: ‘quem é brasileiro no Brasil? Para responder, volto à historiografia da formação do Brasil, quando aconteceram as navegações atlânticas, principalmente porque durante o diálogo com a sulista, afirmações ditas por ela como: **“minha avó dizia: ‘temos que pegar uma negra no morro para cuidar da casa’, [...] acho que já existem muitas políticas públicas para os negros [...],** com um tom de humor, satisfação e conforto, dita para mim no momento em que eu estava problematizando o racismo estrutural e a marginalização das pessoas negras no mercado de trabalho. Evidencia o total desconhecimento da sulista sobre a formação do Brasil pela escravidão atlântica sul e a permanência das heranças coloniais, como também o racismo à moda brasileira, como descrito por Lélia Gonzalez.

Lélia Gonzalez tem a centralidade importante para esse debate porque ela entende que no Brasil se conserva o ‘mito da democracia racial’, pois, cantam a ideia de superação e das condições criadas de combate do racismo nos moldes de uma democracia constitucionalizada (Gonzalez, 2020). Por isso, Lélia fala sobre o racismo à moda brasileira, que se apresenta como uma tática de continuação da exploração e opressão que assume novos contornos na América Latina. Inclusive, esse racismo é por denegação, onde a autora se inspira na categoria freudiana ‘verneinung’ que se refere à denegação, o ato de negar, embora o indivíduo possua o desejo, pensamentos recalcados continuam a defender seus desejos, porém negando seu pertencimento. Isso compõe o racismo à brasileira “se volta justamente contra aqueles que são o testemunho

vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira) (Gonzalez, 2020).

Embora a sulista brasileira por diversas vezes afirmasse que não era racista, acusava seus familiares de serem racistas, se autodeclarava como sendo de extrema direita e colocava a mulher negra no lugar de servir, acompanhado com um tom suave na frase dita por ela: **“não fala para ninguém que eu disse isso, pelo amor de Deus”**. Mostra sua posição como uma mulher branca com autoafirmação identitária brasileira no lugar de privilégio que a faz estar à vontade para verbalizar sua superioridade racial. Lélia afirma que essa é uma das faces da resistência dos colonizados, a violência no contorno sofisticado, que apesar de não parecer violência, marca o lugar de “verdadeira superioridade” deixada pelos efeitos de alienação que a eficácia da dominação colonial exerceria sobre os colonizados (Gonzalez, 2020).

Essa superioridade pautada pelo fenótipo, descendência e herança colonial, não só continua produzindo o racismo disfarçado ou por denegação, onde reforça-se um determinado tipo de identidade racial, como também forma o lugar da precariedade, do invivível dos considerados não ‘brasileiros’ pelas características físicas estarem mais próximas dos grupos escravizados. Nesse viés, a Judith Butler, por meio do conceito de precariedade, “descreve como certas populações são ativamente sustentadas, defendidas, protegidas, enquanto outras são abandonadas ou expostas a deliberados riscos de sofrimento, doenças, violência e morte” (Butler e Worms, 2025, p. 18). Ou seja, existe uma desigualdade estrutural na sociedade que atinge mais um grupo social do que outros, sendo a vulnerabilidade das lógicas sociais e políticas uma forma de cada vez mais de produzir exclusão ligada ao corpo vivente que não consegue sobreviver na vida pública graças às necessidades corporais da fome, do abrigo, da família, paixões, afetos etc.

Apesar de esse lugar da precariedade estar estritamente relacionado ao corpo, ele não se separa do ismo racial, pois este também está relacionado com o corpo, porém o corpo racializado. Como trabalhado anteriormente sobre a trigonometria racial (relação entre escravidão, capitalismo racial e o Atlântico), as heranças coloniais cristalizadas na estrutura do Brasil não só dão continuidade ao racismo como se remodelam em novas formas estruturais da precariedade para a população racializada (afro-diaspórica e de imigrantes). Concomitante a isso, a autora fala sobre o poder e as normas sociais que controlam os corpos, ambos possibilitam um verdadeiro reconhecimento social e também podem excluir indivíduos, os privando das coisas básicas para viver (Butler e Worms, 2025, p. 18). Dessa forma, a autora entende que ressurgem movimentos e formas contra a precariedade, e analisa ‘Corpos em

aliança e a política das ruas de *Occupy Wall Street*⁸ ao movimento *Black Lives Matter*⁹ como insurreição das políticas de morte contra corpos negros, marginalizados e periféricos. Dessa forma, um caminho de mudar o lugar da precariedade pode ser a cooperação solidária internacional, não apenas pensando nos fatores econômicos, mas nos projetos de educação intergeracional, educação para todos e as novas formas de resistência através da internacionalização da cultura.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste projeto: **Elizabete Vasconcelos** (mainha), **Edilene Vasconcelos** (mãe irmã), **Marcus Vasconcelos** (sobrinho/filho), **Jeanderson Ferreira** (esposo/amigo), Edineia Vasconcelos (mãe/irmã), Eliza Kaila (sobrinha), Emanuel (sobrinho) e Williames (tio).

Aos professores **Ercílio Neves Brandão Langa** e **Bas`llele Malomalo**, por sua orientação sábia, conselhos valiosos e apoio inabalável ao longo deste caminho acadêmico.

As minhas amigas **Núbia Souza**, **Miriam Souza** e Edson Mota (Cazuza), pelo acolhimento, palavras de resistências e momentos de alegrias, pelo trabalho em equipe, colaboração mútua e pelo esforço conjunto que nos permitiu alcançar nossos objetivos.

Aos meus queridos, **Huberto Bel**, Dona Madalena e Galego, **Cristiano e Everton (Wel)**, moradores da cidade de São Francisco do Conde, pelo respeito, empatia, encorajamento constante, apoio emocional durante os momentos desafiadores e pelas plantinhas.

Aos amigos, **Camila Estrela**, **Marcus Victor** e **Lorena Nunes**, por estarem sempre presentes, oferecendo suporte moral, compartilhando ideias e tornando esta jornada mais leve e divertida e por serem os melhores clientes do café.

À instituição de ensino **Unilab**, pela oportunidade de aprendizado, acesso aos recursos e ambiente propício para o desenvolvimento deste projeto.

A todos que de alguma forma contribuíram, meu mais sincero agradecimento. Este projeto não seria possível sem vocês. Obrigado!".

⁸ Occupy Wall Street (OWS), é um movimento formado pela população civil estadunidense que organizam protestos contra a desigualdade econômica, social, corrupção e os crimes do setor privado empresarial (Sauviat, 2018).

⁹ O Black Lives Matter (BLM) é um movimento de ativistas internacional originado nos Estados Unidos em prol da luta contra a violência policial e outras com as formas de discriminação racial contra as pessoas negras e afro-descendentes (Guimón, 2020).

Em memória de *Ednei Vasconcelos e Junior Vasconcelos* (irmãos que exerceram o papel de pai na minha vida).

“ Saudosa maloca, maloca querida. Dim, dim, donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas ”. (Música ‘**Saudosa Maloca**’ de Adoniran Barbosa)